

Demonstrações do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(100.368)	(52.241)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47.788	27.884
. Depreciação e amortização	19.954	19.410
. Ajustes de exercícios anteriores	(4.898)	
. Variações monetárias e juros de passivos e ativos de longo prazo, líquidos	44.717	
. Outras despesas	(5.781)	
Subtotal	1.412	(4.947)
Variações no ativo circulante		
. Consumidores e revendedores	(75.683)	(52.744)
. Recomposição tarifária	2.302	(510)
. Tributos e contribuições sociais	(3.456)	
. Títulos a receber	5.926	(9.451)
. Serviços em curso	-	-
. Cons. baixa renda Res. 246 e 485/02	2.415	(1.328)
. Almoxarifado	(320)	(672)
. Valores tarifados não gerenciáveis a compensar	8.151	(4.815)
. Outros	(820)	(1.952)
Subtotal	(61.485)	(71.472)
Variações no passivo circulante		
. Fornecedores	17.133	9.039
. Folha de pagamento	219	157
. Encargos da dívida	550	(2.572)
. Impostos, taxas e contribuições correntes	5.892	(1.888)
. Parcelamentos de tributos e contribuições sociais	-	-
. Programa de recuperação fiscal - REFIS	2.022	982
. Empréstimos e financiamentos	(49.496)	57.969
. Obrigações estimadas	1.105	723
. Provisão para contingências	16.121	850
. Encargos do consumidor a recolher	4.133	-
. Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI	834	(737)
. Outros - Transferência para aumento de capital	(1.296)	(1.709)
Subtotal	(2.783)	62.814
Total das atividades operacionais	(62.856)	(13.605)
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado em curso	(48.579)	(27.538)
No realizável a longo prazo	(13.829)	(4.749)
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante	11.033	(4.929)
Demonstrações do Fluxo de Caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004		
(Em milhares de reais)		
Total das atividades de investimento	(51.375)	(37.216)
Atividades de financiamento		
Recursos destinados a aumento de capital	96.100	35.587
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	2.053	1.380
Valores a longo prazo transferidos para o circulante	(88.719)	(8.196)
Recursos obtidos de longo prazo	102.468	18.778
Baixas do ativo permanente	4.099	7.128
Total das atividades de financiamento	116.001	54.677
Total dos efeitos no caixa	1.770	3.856
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	13.563	9.707
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	15.333	13.563
Variação no caixa	1.770	3.856

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

	2005	2004
Geração do valor adicionado	476.403	393.558
Receitas de vendas de energia e serviços	524.530	422.266
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(47.788)	(27.884)
Despesas não operacionais	(339)	(824)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(279.733)	(240.405)
Custos da energia comprada	(173.680)	(162.028)
Serviços de terceiros	(47.800)	(36.623)
Materiais	(6.730)	(5.304)
Outros custos operacionais	(51.523)	(36.450)
Valor adicionado bruto	196.670	153.153
Quota de depreciação	(19.954)	(19.410)
Valor adicionado líquido gerado	176.716	133.743
Receitas financeiras	16.483	16.056
Valor adicionado a distribuir	193.199	149.799
Distribuição do valor adicionado	293.567	202.040
Pessoal	66.961	58.229
- Salário e outras remunerações	34.933	47.538
- Encargos Sociais	19.896	5.655
- Outros	12.132	5.036
Governos	147.834	117.111
- Impostos, taxas e contribuições	147.834	117.111
Juros e demais despesas financeiras	70.650	23.230
Aluguéis	8.122	3.470
Prejuízo do exercício	(100.368)	(52.241)
Total	193.199	149.799

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ – CEPISA
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)
1. Contexto Operacional

A Companhia Energética do Piauí – CEPISA, concessionária de serviço público de energia elétrica no Estado do Piauí, tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O controle acionário da Companhia, que está incluída no Plano Nacional de Desestatização, é exercido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, que detém 99,98% do capital votante.

Conforme o Contrato de Concessão nº 04/2001-ANEEL, de 12/02/2001, a CEPISA mantém a concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, com vigência até 07/07/2015, podendo ser prorrogado pelo período de até 20 anos, de acordo com o que dispõe a Lei nº 9.074/95.

O objeto social da CEPISA consiste na, realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica, e na prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades.

Em 31 de dezembro de 2005, a CEPISA atendia a aproximadamente 729 mil consumidores e 695 mil em 31 de dezembro de 2004, atendendo 223 municípios no Estado do Piauí, contando para esse fim com um quadro de 1.140 empregados em dezembro de 2005 e, 1.178 em 31 de dezembro de 2004.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e insuficiência de capital de giro. Está em curso um processo de reestruturação econômica e financeira, que inclui, entre outras medidas, a conversão de empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS em recursos para aumento de capital, conforme descrito na nota explicativa nº 20 e a captação de recursos financeiros adicionais, com o objetivo de permitir a recomposição do seu patrimônio líquido, o pagamento de suas obrigações de curto prazo e o restabelecimento de seu equilíbrio econômico e financeiro, com a conseqüente redução de custos, encargos e despesas e a geração de resultados positivos futuros.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando aplicáveis.